



PODER

Congresso promete esforço concentrado

Depois de uma semana de plenários esvaziados por conta das eleições municipais, deputados e senadores tentam chegar a um acordo sobre as emendas parlamentares, após a decisão do Supremo de suspender as consideradas impositivas

» CAMILA CURADO
» RAFAELA GONÇALVES

A Câmara e o Senado começam mais uma semana de esforço concentrado para chegar a um acordo sobre as emendas parlamentares. O impasse se arrasta desde meados de agosto, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino decidiu pela suspensão de todas as emendas impositivas apresentadas por deputados federais e senadores, o que aumentou a tensão entre os Três Poderes. A suspensão, posteriormente, foi mantida por unanimidade entre os ministros da Suprema Corte e permanecerá assim até que sejam estabelecidos novos procedimentos para que a liberação de recursos siga protocolos bem definidos de transparência, rastreabilidade e eficiência segundo a decisão.

Ao **Correio**, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 (PLN 26/24), senador Angelo Coronel (PSD-BA) (**leia entrevista na página 3**), afirmou que a solução para as emendas é prioridade nesta semana. Ele contou que apresentou aos senadores uma proposta de reformulação das emendas de comissão. “As emendas impositivas individuais, emendas de bancada, tudo isso é sagrado, já é lei. Vamos ver agora esta questão das emendas de comissão, que são as maiores que estão causando o maior problema”, disse.

A ideia, que, segundo ele, ainda está “em fase embrionária”, é destinar metade da verba às emendas “RP2”, que ficam no caixa dos ministérios e recebem indicações de parlamentares. A outra metade ficaria a cargo do governo para obras estruturantes, como o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Seria um meio termo, em que o governo poderia ficar com 50% das emendas de comissão, para serem destinadas a obras estruturantes indicadas pelos parlamentares, e a outra metade ficaria na emenda chamada de RP2, em que o governo vai pagar de acordo com a indicação do parlamento”, explicou Angelo Coronel.

Recentemente, o relator da PLOA chegou a desafiar o STF com a suspensão das emendas impositivas individuais, apelidadas de “emendas Pix”, ao garantir a continuidade delas no orçamento. Segundo ele, essa proposição para as emendas de comissão ainda deve ser debatida com os deputados. “Já existe uma rastreabilidade, uma transparência,

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Com o Congresso esvaziado por conta das eleições municipais, uma das atividades de destaque na semana foi a audiência pública na Câmara em celebração ao Dia do Biólogo

mas se o Supremo acha que tem de melhorar, vamos melhorar e atender a medida judicial”, afirmou o senador.

De execução obrigatória, essas emendas permitem a destinação de verba pública por meio de transferência direta, sem precisar de autorização do Poder Executivo, possibilitando liberdade na escolha do destino e dos critérios para o uso dos recursos. A ausência de informações básicas como essas impede que órgãos de fiscalização e controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), atuem para garantir que a verba pública seja aplicada de forma adequada para a população. Essa é a situação que o STF pretende reverter para possibilitar maior rastreabilidade e transparência.

Orçamento secreto

Em relatório encaminhado ao Supremo Tribunal Federal na última terça-feira, a CGU concluiu que as emendas de comissão da Câmara e do Senado repetem o modelo do orçamento secreto com falta de transparência e de controle dos gastos.

Classificados pela sigla “RP8”, estes recursos correspondem a R\$ 15,4 bilhões do Orçamento



Os estudos que precedem as emendas de comissão são elaborados por uma assessoria técnica e isso garante uma qualidade de excelência para esse instrumento”

Paulo Henrique Blair, professor da UnB

neste ano e a forma como vêm sendo utilizados, segundo o relatório, “prejudica a eficiência da execução orçamentária, esvaziando a capacidade do Estado de aplicar recursos em iniciativas estratégicas e enfraquecendo a implementação de políticas públicas essenciais”.

Doutor em direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, o professor da UnB Paulo Henrique Blair de Oliveira explica que as emendas de comissão vêm amparadas com pareceres técnicos muito melhores. “Os estudos que precedem as emendas de comissão são elaborados por uma assessoria técnica e isso garante uma qualidade de excelência para esse instrumento.”

“A grande vantagem das

emendas de comissão é que, por definição, são um pouco mais coletivas, isto é, elas são abraçadas por comissões temáticas. Tanto o Senado quanto a Câmara têm um corpo de assessoria técnica, composto pelos servidores selecionados por concurso público, que são pessoas altamente especializadas. Por isso, as emendas de comissão vêm amparadas com pareceres técnicos muito melhores.”

Apesar do fundamento teórico, há uma falsa percepção de que “elas parecem atender a mais critérios de transparência, mas não necessariamente funcionam assim. Há uma diferença entre o que está no papel e o que vai acontecer”. “Se formos olhar para o conceito de transparência, vemos que não existe uma

transparência que seja parcial. Ou ela ocorre, ou ela fica devendo. Não há um espaço saudável para uma transparência parcial”, comentou.

A inexistência de uma transparência parcial converge na explicação de que essas emendas de comissão repetem o funcionamento do orçamento secreto. “Essa afirmação é, em parte, verdadeira e preocupa. Essas são formas alternativas de mudar o nome para a mesma prática. E parece que estamos sempre a dar voltas dentro do mesmo círculo”, argumentou Paulo Henrique.

O orçamento secreto já foi executado por meio do repasse das emendas “RP9” feito pelo próprio relator do Orçamento, sem critérios objetivos. O instrumento foi considerado inconstitucional pelo STF em dezembro de 2022. A partir deste ano, no entanto, o mesmo começou a ser feito com outra rubrica, a “RP2”, usada na destinação de verbas dos ministérios. “Mudam-se os nomes e a descrição dos procedimentos, mas as dúvidas sobre os direcionamentos dos gastos persistem: continuamos a querer saber para quem vai, quanto vai e para qual projeto”, complementou o professor da UnB.

Colaborou Julia Portela

Sucessão em pauta

A sucessão para o cargo do presidente da Câmara deve finalmente voltar a ser debatida nesta semana de esforço concentrado. Desde que Marcos Pereira (Republicanos-SP) desistiu da candidatura para dar lugar a Hugo Motta (PB), o assunto ficou abafado e começou um corre-corre nos bastidores em busca de apoio.

Na semana passada, o parai-bano, que recebeu o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para entrar no lugar de Pereira, se reuniu com o ex-presidente Jair Bolsonaro que, segundo relatos do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), não apresentou obstáculos a um possível apoio ao parlamentar. Enquanto isso, o seu rival na disputa, Elmar Nascimento, do União Brasil, se encontrava com o presidente da Câmara, Arthur Lira, na Residência Oficial para tentar conquistar sua preferência na sucessão da Casa.

Em seu segundo mandato e sem poder concorrer à reeleição, Arthur Lira sofre pressão da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), maior bancada da Câmara com 290 deputados, para manifestar posição.

Em 2023, a FPA foi unânime em apoiar a candidatura do deputado alagoano e, desde agosto, aguarda pelo pronunciamento do presidente da Câmara. A desistência de Pereira e a entrada de Motta desbancou o favoritismo de Elmar pelo cargo, o que aumentou a indecisão do parlamentar. Faltam menos de 5 meses para as eleições e, até agora, Motta aparece como o preferido, tendo conquistado apoio tanto de parlamentares ligados ao governo quanto de políticos expoentes do bolsonarismo. (CC)

Reunião extra sobre Venezuela

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva convocou ministros e auxiliares para uma reunião extraordinária ontem para discutir a participação do petista na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas e, principalmente, a tensão diplomática com a Venezuela.

As notícias dos últimos dois dias vindas da Venezuela (**leia mais na página 9**), como a fuga do opositor do governo de Nicolás Maduro, Edmundo González

Urrutia, e o cerco feito por forças venezuelanas na Embaixada da Argentina em Caracas, que esteve sob custódia do Brasil até sábado, ligaram o sinal de alerta no Palácio do Planalto.

Durante a reunião, assessores diretos de Lula expuseram que, apesar dos esforços do Brasil de mediar a crise e buscar uma saída política, o momento é de tensão entre os dois países. A secretária-geral do Itamaraty, Maria Laura da Rocha, também

participou do encontro. Ao término da reunião, ninguém deu entrevista.

A viagem de Lula à 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 79) cumpre uma agenda de tradição entre os presidentes brasileiros que costumam discursar no evento. Apesar de ter início programado para amanhã, Lula deve marcar presença entre 24 e 30 de setembro, durante os debates gerais de alto nível.

» Ataque hacker ao STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) informou ontem ter sofrido uma tentativa de ataque hacker, mas sem comprometer o sistema do tribunal. A “atividade criminoso cibernética”, como definiu o tribunal por meio de assessoria de imprensa, ocorreu na sexta-feira. De acordo com o STJ, o ataque criminoso visava paralisar o sistema da Corte. “Em questão de poucos minutos, o controle foi totalmente retomando, assegurando o funcionamento dos serviços digitais. O fato não causou prejuízos aos usuários”, citou o STJ, em nota. Sistemas de setores públicos viraram alvo de ações hackers recentemente. A Polícia Federal investiga a origem de um ataque que deixou os sistemas da corporação fora do ar. O Supremo Tribunal Federal (STF) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) também registraram ataques.